

A ANPUR EM NOVO PATAMAR

ESTRUTURANDO NOVOS ÂMBITOS DE ATUAÇÃO
1999-2001

MARIA FLORA GONÇALVES

O CRESCIMENTO DA ANPUR

Pela primeira vez a Anpur teve no comando de sua Diretoria uma composição entre duas instituições: a Presidência sediada no Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Nesur-IE/Unicamp) e a Secretaria Executiva sediada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

Isso trouxe vantagens e desvantagens. Houve maior dificuldade na fluidez do trabalho mas, inevitavelmente, duplicou os recursos institucionais e enriqueceu a experiência de dirigir a Anpur – particularmente neste caso, em que se fez uma composição inédita entre instituições ligadas à Economia e à Arquitetura e Urbanismo, o que se traduz numa composição particularmente fecunda entre campos em que predominam com peso inverso o Regional e o Urbano.

Compartilharam a direção da Anpur com esta Presidente na gestão 1999-2001: nos cargos de Diretores, os colegas Cássio Frederico Camargo Rolim (UFPR), Geraldo Magela Costa (UFMG) e Henri Acselrad (UFRJ); Yvonne Mautner (USP) assumiu a Secretaria Executiva em agosto de 2000, cargo antes ocupado por Maria Lúcia Refinetti Martins (USP). O Conselho Fiscal, cujos participantes também deram retaguarda a tarefas de diretoria em seus respectivos Estados, foi composto por Frederico Rosa Borges de Holanda (UNB), Esterzilda Berenstein de Azevedo (UFBA) e Décio Rigatti (UFRGS).

Participei da direção da Anpur em duas gestões seguidas, de junho de 1997 a maio de 2001: na primeira como Diretora e na segunda como Presidente. O trabalho desenvolvido na Presidência valeu-se da expe-

riência e do conhecimento adquiridos ao viver a Anpur por dentro como Diretora, na gestão anterior.¹

Na gestão 1997-1999, presidida por Norma Lacerda, foram transformadas em realidade duas propostas aprovadas na Assembléia de 1997: foi organizada a primeira premiação da Anpur, com a atribuição do Prêmio Brasileiro “Planejamento Urbano e Regional” no seminário comemorativo dos *15 Anos da Anpur* realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 1998; e foi criada a *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, com o lançamento do número “1 – Maio de 1999” no VIII Encontro Nacional da Anpur. Na divisão de trabalho dentro daquela Diretoria, coube a mim formular o projeto editorial, o que fiz com a ajuda de um grupo de trabalho especialmente formado para este fim. Fui a Editora Responsável do número 1, o grupo de trabalho foi designado para assumir a função de Comissão Editorial e contamos com a retaguarda institucional do Nesur-IE/Unicamp, que sediou a revista.²

Deste modo, a diretoria que assumisse a gestão 1999-2001 teria que se encarregar de criar a estrutura necessária para a continuidade e manutenção da revista recém-criada, assim como consolidar o Prêmio Brasileiro, não só aproveitando a experiência da primeira premiação para aprimorar a organização da segunda,

¹ A diretoria da Anpur na gestão 1997-1999 teve Norma Lacerda na Presidência e Silvio Zanchetti na Secretaria Executiva, ambos da UFPE, e, nos três cargos de Diretores, Tânia Fischer (UFBA), Aldo Paviani (UnB) e eu (Unicamp).

² Compuseram o Grupo de Trabalho e, depois, a Comissão Editorial dos números 1, 2, 3 e 4 da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*: Ana Clara Torres Ribeiro (IPPUR/UFRJ), Diretora da Anpur na gestão 1991-1993; Marco Aurélio Filgueiras Gomes (FAU/UFBA), Diretor 1991-1993; Maria Adélia de Souza (FCH/Unicamp), Secretária Executiva 1991-1993; Maria Cristina Leme (FAU/USP), Diretora 1995-1997; Martim Smolka (Ippur/UFRJ, Lincoln Institute), Presidente 1986-1989; Naia de Oliveira (FEE/RS), Secretária Executiva 1993-1995; Roberto Monte-Mór (Cedeplar/UFMG), Diretor 1993-1995.

como pesquisando e providenciando formas de garantir a sua continuidade e manutenção. Além disso, a criação da *homepage* da Anpur era uma expectativa ainda não realizada, apesar de tentativas nas duas gestões anteriores.

A Diretoria 1997-1999 trabalhou com grande entrosamento e foi ficando evidente a dificuldade de dirigir essa Anpur ampliada, com a estrutura prevista para uma instituição mais simples. Surgiu em consequência a proposta de se formular um Plano de Ação, com base numa reflexão coletiva de que participassem também as instituições associadas/filiadas, tendo em vista prever como atualizar a estrutura e funcionamento da Anpur de modo a adequá-la à nova situação.

Assim tomou corpo o *Plano de Ação 1999-2003*, formulado de dezembro de 1998 a maio de 1999. Principiou com consultas, por meio de questionários enviados às instituições, sobre objetivos e expectativas em relação à Anpur, cujas respostas deram origem a uma pauta de discussão que foi amplamente debatida por representantes de 16 entidades, ao longo de dois dias de reuniões na FAU/USP em 27 e 28 de abril de 1999. Concluiu-se o Plano em Porto Alegre, numa reunião prévia ao VIII Encontro Nacional da Anpur, em que foram discutidas as propostas que seriam apresentadas à Assembléia Geral. Dos membros da chapa que se candidatou à eleição em 1999, quase todos participaram dessas discussões e, como Diretoria eleita, tinham o compromisso de implantar as propostas contidas nesse Plano, aprovado na mesma Assembléia que a elegeu.

O *Plano de Ação 1999-2003* propunha cinco grandes projetos prioritários: 1) mapeamento institucional e acadêmico das instituições integrantes; 2) difusão e imagem da Anpur; 3) articulação de uma agenda de pesquisa e de influência sobre o poder público; 4) articulação do ensino de pós-graduação no sentido de promover uma cooperação interinstitucional; 5) fomento, visando adequar e atualizar a estrutura e funcionamento da Anpur em dois aspectos: implementação de novas formas de sustentabilidade e inovação na forma de gestão, mantendo-se a diretoria com a composição atual – como pólo de confluência e de irradiação das propostas das instituições integrantes – e criando-se duas novas formas de organização: *Comitês Temáticos*, constituídos em torno da agenda de projetos, e um *Conselho de Representantes* como fórum con-

sultivo, composto de um representante de cada entidade associada/filiada.

Minha primeira providência ao assumir a Presidência foi mapear as instituições integrantes – por Estado/região e por especialidade acadêmica – para que ficasse claramente visível para toda a comunidade anpuriana *quem é a Anpur*. Foi o primeiro insumo para a *homepage* e um elemento de ilustração utilíssimo para as reuniões que fiz Brasil afora informando a associados e não-associados sobre a Anpur e suas atividades. Constatei sermos uma associação integrada por 33 instituições, assim distribuídas no País: *uma na região Norte* (Belém); *sete no Nordeste* (uma em Fortaleza, uma em Natal, duas em Salvador, três em Recife); *três no Centro-Oeste* (Brasília); *dezoito no Sudeste* (duas em Belo Horizonte, cinco no Rio de Janeiro e 11 em São Paulo, das quais seis na Capital, três em Campinas e duas em São Carlos); e *quatro no Sul* (uma em Curitiba, uma em Florianópolis e duas em Porto Alegre). Desse conjunto, 11 instituições trabalhavam predominantemente no campo das ciências sociais e da economia; nove, no da arquitetura e urbanismo; seis, no da geografia; três, no da administração pública; e quatro, em outros (engenharia urbana, demografia e multidisciplinares).

Essa composição levou-me a pensar que o que cimenta a relação entre todas elas é o pertencimento a um certo campo de pesquisa e conhecimento que vem sendo estruturado por meio do estímulo recíproco, da troca de questões, da colaboração na produção de conhecimento entre esses campos disciplinares indicados acima, numa prática que vem construindo uma problemática específica acerca de como se articulam (e se determinam) a produção e reprodução de espaços urbanos e regionais e a produção e reprodução de certos processos sociais. Este trabalho vem se desenrolando dentro mesmo das atividades da Anpur – nos Encontros Nacionais, em demais eventos, e publicações.

Essa idéia levou-me por sua vez a concluir que a força e a importância da Anpur será tanto maior quanto mais bem representada estiver dentro dela a comunidade multidisciplinar de ensino e de pesquisa que constituem o campo dos estudos urbanos e regionais. Dada a diversidade disciplinar que caracteriza a sua composição, sua força institucional está na capacidade de, mediante a pesquisa e a formação acadêmica desenvolvidas nas instituições anpurianas, articular esse campo de conhecimento e travejar com crescente

solidez uma problemática suficientemente rica e consistente para estruturar programas de pesquisa e de ensino pós-graduado. Numa associação assim, a convivência entre instituições menores e maiores pode propiciar uma troca fecunda, um espaço de colaboração, em que umas poderão crescer com o apoio de outras.

Expus freqüente e sistematicamente essa opinião em reuniões realizadas em cerca de dez Estados da Federação, organizadas a meu pedido por uma instituição local, reunindo representantes das demais associadas/filiadas e também de entidades não-integrantes especialmente convidadas, com o objetivo de levar a presença da Anpur e informar sobre suas atividades, divulgar a revista e o site eletrônico, atrair colaboradores e estimular novas filiações. Quase metade das instituições associadas/filiadas à Anpur estão no eixo Rio-São Paulo, o que reflete a realidade da concentração encontrada nessa região do País; creio que trabalhar para a maior diversificação da composição da Anpur (e, por conseqüência, do seu universo e repertório) só trará benefícios.

Ao final da gestão 1999-2001, enviei uma carta a todas as instituições associadas e filiadas à Anpur tendo em vista informar os delegados sobre a pauta a ser discutida na Assembléia de 2001. Chamava a atenção para o fato de que a Anpur havia mudado de patamar no que diz respeito à abrangência de sua atuação e, por conseqüência, à complexidade da sua agenda de trabalho. Novos papéis e funções foram criados, passando a demandar respostas que se efetivam em procedimentos novos, que para ganhar permanência requerem ser institucionalizados: incorporados às normas e à pauta de trabalho do corpo administrativo que move os seus vários âmbitos de atuação, para que sejam desempenhadas as novas funções e os novos papéis gerados.

Além do Encontro Nacional bienal, cuja organização tradicionalmente mobiliza a energia da Diretoria e da comunidade, a estrutura anpuriana passou a incluir uma Revista, uma Premiação e uma *Homepage* – para programar, financiar, e prover manutenção e continuidade. O intercâmbio internacional assumiu proporções inéditas na história da Anpur, facilitado pela comunicação em tempo real via Internet e estimulado pelo interesse dos associados/filiados em participar e intervir nos rumos de uma crescente globalização das relações interacadêmicas.

A comunicação eletrônica abriu caminho para a

estruturação de redes institucionais e de pesquisadores, formais e/ou informais, permanentes e/ou passageiras e dentro desta complexa trama de relacionamentos – de amplitudes e alcances muito diferentes – a Anpur deve se posicionar: participando de algumas, estimulando outras, dando acolhida e espaço para a expressão de outras tantas e criando oportunidades para que seus associados tomem contato, se informem e decidam em que âmbitos dessas relações desejam participar. A *homepage* e o Encontro Nacional são espaços privilegiados para isso.

A necessidade de alcançar-se uma autonomia financeira para a Anpur deu origem à proposição do pagamento de anuidades pelas entidades integrantes, definindo outro item importante a ser incorporado à pauta de trabalho rotineiro da Diretoria: a programação, arrecadação e administração de recursos próprios, abrangendo anuidades, assinatura e venda de publicações, e, eventualmente, o estabelecimento de taxas para cobrir custos e viabilizar serviços, como envio postal de publicações e outros, a exemplo do que fazem associações congêneres.

Entre maio de 1999 e maio de 2001 o universo anpuriano abrangia 33 instituições filiadas/associadas e, ao final desse período, outras três se candidataram e entraram – entre elas, a primeira no campo do Direito Urbano. A Anpur de 1999-2001 tinha o triplo do tamanho daquela que Martim Smolka presidiu em 1987-1989. E, se tomarmos o tamanho adquirido pela Anpur na Assembléia de 2001, com o ingresso dessas três instituições, e o compararmos com aquele existente ao início da gestão de Milton Santos, a partir de junho de 1991, constatamos que em dez anos o número de entidades integrantes aumentou de 20 para 36, perfazendo o espantoso acréscimo de 80%.

O crescimento da pauta de trabalho rotineiro da Anpur produz um acúmulo de tarefas concentradas principalmente nas mãos da Presidência e da Secretaria Executiva, que dificulta o desempenho em frentes importantes de trabalho, particularmente na pauta de ação política nos vários âmbitos a que diz respeito uma associação acadêmica como a Anpur. Destaco alguns campos de discussão e de intervenção para os quais somos chamados ou impelidos a participar:

- a) discutir a política nacional de ciência e tecnologia com as demais associações científicas, principalmente no espaço da SBPC;

- b) analisar os programas nacionais de fomento ao ensino pós-graduado e criar na Anpur um espaço de discussão, invenção e experimentação de formatos de cursos multidisciplinares e pluri-institucionais;
- c) estreitar o diálogo entre a Anpur e as agências de fomento à pesquisa, alertando para a importância de certos temas, analisando a evolução de bolsas e auxílios e lutando por mais recursos para a área;
- d) estreitar o diálogo e a troca de experiências entre a Anpur e as Associações Nacionais de campos afins (Anpocs, Anpec, Anpege, Anpad, Abep e outras) e sociedades científicas das áreas constituintes da Anpur (geografia, economia, ciências sociais, administração, demografia, arquitetura e urbanismo e outras), estabelecendo cooperação e ação comum no encaminhamento de questões que interessam a esses campos de ensino e de pesquisa;
- e) adentrar os espaços de discussão criados pela globalização, inclusive no mundo acadêmico, participando de e/ou organizando eventos internacionais e estabelecendo pautas de conversação e de cooperação com associações congêneres de outras regiões do mundo;
- f) pautar discussões nacionais sobre experiências, necessidades e formatos para políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional.

Nossa resposta a essas demandas ocorreu de forma mais ampla ou mais restrita, conforme os recursos de que dispúnhamos na Diretoria e os recursos adicionais que conseguimos reunir nas diferentes ocasiões em que isto se fez necessário. Fizemos sempre o melhor possível, dentro das circunstâncias objetivas da realidade; procuramos sempre extrair o melhor proveito das circunstâncias e lidar com obstáculos e dificuldades de modo a aprender com os erros e transformar os revezes em oportunidades.

Os novos âmbitos de atuação desenvolvidos, associados às novas tecnologias de comunicação, ampliaram sobremaneira a presença social da Anpur. Ao importante papel de fórum público, onde o conhecimento produzido se expõe à crítica e à divulgação, em que a Anpur constitui ponto de convergência para pesquisadores, professores e estudantes, somam-se novos papéis, que se desdobram do fato de a Anpur ser – e assumir isso – o local mais próprio para o encontro entre pesquisadores, professores e estudantes em redes de pesquisa, sociedades científicas, instituições

de fomento ao ensino e à pesquisa e outras agências e/ou campos de atividades que possam contribuir para o pensamento criativo, a sociabilidade acadêmica e o não-isolamento da Universidade. A Anpur ampliou em muito esse exercício, como se viu no IX Encontro Nacional, no Rio de Janeiro, e certamente continuará ampliando no futuro.

Para a Direção da Anpur no período 1999-2001 foi fundamental o apoio institucional recebido do Instituto de Economia da Unicamp, à época dirigido por Geraldo Di Giovanni e, no final do período, por Paulo Eduardo de Andrade Baltar; agradeço particularmente o apoio de todas as horas dado por Rinaldo Barcia Fonseca, coordenador em exercício do Nesur-IE/Unicamp e diretor associado do Instituto. A Presidência da Anpur pôde contar com uma retaguarda sempre segura, incluindo complementação de recursos quando necessário, e integral apoio administrativo.

Também a secretaria executiva teve total apoio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, contando com todas as condições necessárias para o melhor desempenho do trabalho da Anpur, tanto pela ação de sua diretora, Maria Ruth de Amaral Sampaio, como da coordenadora do programa de pós-graduação, Ermínia Maricato, pelo quê expressamos mais uma vez o nosso agradecimento.

Para o bom andamento das realizações da Anpur nesse período, foi fundamental a experiência e a eficiência de Raquel Martins, que deu suporte administrativo à Secretaria Executiva desde dezembro de 1999, assim como a criatividade e iniciativa de Camila de Almeida, estagiária do curso de economia que a direção do Instituto de Economia pôs à disposição da presidência da Anpur.

Sou muito grata a Yvonne Mautner pela eficiente e calorosa colaboração prestada na segunda metade da gestão e, especialmente, por ter se disposto a assumir a Secretaria Executiva de repente, sem ter se preparado para isso. Aos Diretores, agradeço a participação na realização do que foi proposto e as oportunas opiniões e sugestões que frequentemente me deram; e, particularmente, a Henri Acselrad, pelo belíssimo Encontro por que foi responsável.

A Anpur se move – e cresce – pela ação voluntária dos seus integrantes. Ao longo das próximas páginas o leitor poderá ver o enorme número de pessoas que fez acontecer e participou das atividades aqui

relatadas. Num período como o dos últimos anos, em que as pessoas que se ocupam do mundo acadêmico estão de modo geral sobrecarregadas de trabalho, chega a ser espantosa a quantidade de esforço dedicado por elas às realizações nos vários âmbitos da Anpur. Isto só pode ser justificado pela importância que a Anpur exerce no seu campo de atividades e pelo amor que as pessoas dedicam a esta Associação. Por essas razões, foi uma honra e um privilégio ter tido a oportunidade de dirigi-la. E a todos que colaboraram com nossa gestão e me apoiaram quando foi preciso, dedico profundo agradecimento e a minha mais sincera homenagem.

Vejamos então o balanço do que foi realizado pela Diretoria 1999-2001 com relação a cada um dos grandes projetos prioritários propostos no Plano de Ação aprovado na Assembléia de 1999. Em seguida são apresentadas em detalhes as realizações mencionadas, além de outras não previstas no Plano de Ação 1999-2003.

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO 1999-2003

- a) *Difusão e imagem da Anpur.* As realizações referentes a este projeto incluem a consolidação da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* e do Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional”, o projeto e lançamento da *homepage*, a criação de novo logotipo, a publicação dos *Anais do VIII* e do *IX ENA* e a preparação de livro com os textos do seminário “Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões”.
- b) *Mapeamento institucional e acadêmico das instituições integrantes.* Foi veiculado dentro do site www.anpur.org.br o mapeamento das 33 instituições filiadas/associadas à Anpur, organizado segundo os Estados/regiões do País e as áreas em que atuam na formação acadêmica e em pesquisa. A ser ampliado e aprimorado nas próximas gestões, incluiu informações relativamente simples mas suficientes para identificar a Anpur como uma associação que reúne uma diversidade de especializações acadêmicas e se define pela articulação de um campo de conhecimento científico – teórico e aplicado – sobre o desenvolvimento urbano e regional e seu planejamento. Foi criado também um cadastro informatizado abrangendo cerca de mil e setecentos
- nomes de pessoas interessadas em manter-se informadas sobre as atividades da Anpur, o qual permite estimar a abrangência da influência institucional da Associação.
- c) *Articulação de uma agenda de pesquisa e de influência sobre o poder público.* Aqui foram desenvolvidas atividades de natureza diferente: o seminário nacional “Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões – a espacialidade do desenvolvimento brasileiro”, organizado pela Diretoria em seis sessões regionais; a participação da Anpur no Comitê Nacional Istambul+5, encarregado de preparar o documento nacional para a participação do Brasil na reunião especial da ONU dirigida a avaliar a implementação da agenda *Habitat* nos países nela representados; a organização e realização do IX Encontro Nacional da Anpur; os eventos realizados por instituições associadas/filiadas com o apoio da Anpur e que compõem uma agenda anpuriana já tradicional.
- d) *Articulação do ensino de pós-graduação para promover a cooperação interinstitucional.* Este projeto incluiu a tentativa de organizar um programa de cooperação interinstitucional nacional apoiado no Procad (Capes) e a organização e realização do IV Encuentro de Posgrados sobre Desarrollo y Políticas Territoriales y Urbanas de los Países del Cono Sur, ocorrido dentro do IX ENA.
- e) *Atualização da estrutura e funcionamento da Anpur.* No que diz respeito a inovações na forma de gestão da Anpur, foi dado início um Comitê de Intercâmbio Internacional, foi constituído um Comitê de Assessoria e Apoio Executivo à Presidência e à Secretaria, e estruturado o Conselho de Representantes que havia sido aprovado na Assembléia de 1999 para constituir um fórum consultivo.
- f) *Fomento.* Os recursos que passaram a ser recolhidos mediante pagamento de anuidades pelas entidades associadas/filiadas, conforme proposta do Plano de Ação aprovada na Assembléia de 1999, vieram contrabalançar relativamente a perda de amplitude do apoio financeiro dado tradicionalmente à Anpur pela Finep, que teve funções e objetivos redirecionados pelo MCT para o campo empresarial e, com isso, restringiu o financiamento à área acadêmica. A venda de revistas passou a constituir outra nova fonte de recursos, embora insuficiente para a manutenção da publicação. Uma prioridade da Diretoria

1999-2001 foi trabalhar para conseguir fontes permanentes de financiamento para a *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* e para o Prêmio Brasileiro “Planejamento Urbano e Regional”. Os recursos para realizar o IX Enanpur e o seminário nacional “Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões” foram, como de costume, solicitados às instituições de fomento ao ensino e à pesquisa.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Quando nossa Diretoria tomou posse, em maio de 1999, tinha acabado de ser lançado o primeiro número da revista e tudo o mais estava por ser feito. Invertendo-se os papéis, Norma Lacerda, a ex-presidente responsável pelo lançamento da revista, foi convidada a assumir o cargo de editora responsável. A revista passou a ficar sediada no MDU/UFPE, foi mantida a mesma comissão editorial e criado o cargo de editora assistente, assumido por Lúcia Leitão.

A *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* foi registrada no Ibict e ganhou seu ISSN. Durante a gestão de nossa Diretoria vieram a público os números 2 e 3, estando o número 4 pronto em maio de 2001, apenas aguardando a liberação dos recursos pedidos ao CNPq para ser impresso.³ Nesse período a *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* foi classificada pela Capes na categoria *nacional nível A* e incluída na lista *Qualis* da área de Planejamento Urbano e Regional.

A norma do CNPq é somente financiar revistas cuja circulação já se mostrou estável e, portanto, providenciamos o financiamento dos três primeiros números – com recursos Finep oriundos da gestão anterior e com recursos negociados com o *Lincoln Institute of Land Policy* nas duas gestões – antes de solicitar recursos.

A criação da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* só foi realmente completada ao finalizar-se a composição do seu conselho editorial, amplo e representativo, criado mediante a indicação de nomes pelas instituições integrantes da Anpur, e que passou a fazer parte dos créditos da revista a partir do número 3 –

Novembro de 2000. Nesta fase inicial, a prioridade essencial foi criar e manter um fluxo de trabalho contínuo entre autores, editora e conselho editorial visando, antes de mais nada, consolidar a revista. Há muito ainda que fazer: indexá-la, estabelecer permutas de índices com outros periódicos (conforme feito com *EURE* no número 2), estudar uma política em relação ao meio eletrônico (vide SciELO, portal de periódicos Capes), ampliar assinaturas e vendas etc.

Gradualmente foi sendo organizado um sistema inicial de distribuição, abrangendo doação a bibliotecas para divulgação, campanha de assinaturas, distribuição às instituições filiadas/associadas para venda, criação de pontos de venda em livrarias dentro e fora dos *campi* universitários, venda em eventos, estímulo à organização de lançamentos dos novos números em diferentes cidades, tendo ocorrido vários por iniciativa dos membros da Diretoria e da comissão editorial. Ficou também decidido que ex-presidentes e ex-secretário/as executivo/as têm direito a sempre receber um exemplar de cada número da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, como uma retribuição simbólica da Anpur ao que deram de si a ela os seus ex-dirigentes – o que fizemos com os números 1, 2 e 3 e a nova Diretoria da Anpur continuou a fazer, ao distribuir a edição número 4.

A *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* nesse período foi editada em Recife, mas produzida em São Paulo e distribuída pela Secretaria Executiva – essa foi a solução possível, temporariamente conveniente, mas que deve ser reestudada pelas Diretorias futuras tendo em vista alcançar uma solução mais permanente e profissional.

Na ocasião do IX Encontro foi pedido à Comissão Editorial que fizesse uma avaliação do regimento interno da revista, com base nesses primeiros dois anos de experiência. Ficou estabelecido pela Assembléia de 2001 que decisões sobre o funcionamento da revista poderão ser tomadas no âmbito da própria revista, não precisando ser submetidas à aprovação da Assembléia. Nessa oportunidade, a editora Norma Lacerda pediu afastamento do cargo devido a uma sobrecarga de compromissos profissionais e, para substituí-la, foi nomeado Marco Aurélio Filgueiras Gomes como novo editor da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, que, com isso, teve sua sede transferida para a Faculdade de Arquitetura da UFBA.

³ O número 4 da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* acabou sendo impresso com recursos que havíamos deixado em caixa para a próxima gestão, conforme decisão tomada em comum com a nova Diretoria, no período de transição entre uma e outra.

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ANPUR

ANAIS

Os *Anais* do VIII Encontro Nacional da Anpur foram publicados em forma de CD-Rom, conforme previsto pela Comissão Organizadora do VIII ENA, e distribuídos pelo correio por Décio Rigatti, coordenador daquela Comissão.

Os *Anais* do IX Encontro Nacional da Anpur foram impressos em papel, em três volumes, e distribuídos pela secretaria do evento, no Hotel Glória, dentro das pastas entregues aos participantes no início do Encontro.

Os *Anais* do IV Encuentro de Posgrados sobre Desarrollo y Políticas Territoriales de los Países Del Cono Sur foram enviados por correio aos participantes, em dezembro de 2001, por Rosélia Piquet e Angela Penalva Santos, coordenadoras da organização do evento.

LIVRO

Está sendo preparado para publicação o livro *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional brasileiro*, reunindo os trabalhos apresentados no seminário nacional de mesmo nome, numa co-edição Anpur/Editora da Unesp que será lançada por ocasião do X Encontro Nacional da Anpur, em Belo Horizonte.

HOMEPAGE

Após tentativas nas duas últimas gestões, finalmente foi para o ar a *homepage* da Anpur! Foi criada com o endereço www.anpur.org.br e hospedada em máquina da Unicamp, com o compromisso de aí permanecer até final de 2001, acertado com a Direção do Instituto de Economia, tendo em vista garantir tempo suficiente para que a Diretoria 2001-2003 pudesse estudar e decidir novas diretrizes. Deve ser complementada e ampliada, e requer manutenção e atualização permanentes.

Fazer a *homepage* foi um projeto particularmente caro à presidente, assumido pessoalmente. Procurou-se fazer um *site* alegre, colorido e de leitura agradável. Seu projeto contou com a colaboração de Camila de Almeida e a qualidade visual de sua realização é devida ao arquiteto Renato Mello, responsável pelo *design*, sob o crédito Motiondesign.

O *site* informa o que é a Anpur, mapeia suas áreas de atuação e noticia as realizações nos seus vários âmbitos de atuação, incluindo tanto informações do presente como o patrimônio de realizações já acumulado. Apresenta a Anpur por meio de seu histórico, do mapeamento das instituições associadas/filiadas e do seu estatuto; informa sobre a diretoria atual e as anteriores; e expõe suas áreas de atuação: a *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, com todos os números publicados incluindo capa, índice e resumos dos artigos (em português e inglês); outras publicações, incluindo os Anais dos Encontros Nacionais e os livros publicados; os eventos e atividades programados e em realização; a premiação em curso e as anteriores (regulamento, júri e premiados); as atividades de intercâmbio internacional; o IX Encontro Nacional, abrangendo informações sobre a organização do evento, os prazos para apresentação de trabalhos e o acompanhamento do processo de seleção, informações sobre viagens, a realização do evento e o programa do Encontro.

O *site* foi construído com informações básicas sobre as instituições integrantes da Anpur, as quais deverão, com mais tempo, ser ampliadas e aprimoradas. Foi projetada mas não implantada uma página "Anpur *on line*", que deve abranger lista de discussão, debate e um boletim eletrônico. A manutenção do *site* é uma atividade imprescindível e trabalhosa, já que é um veículo que supõe atualização e desenvolvimentos permanentes.

Notoriamente, é um avanço que abre para a Anpur inúmeras novas possibilidades de trabalho e de comunicação.

IMAGEM INSTITUCIONAL E COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO

NOVO LOGOTIPO

Cuidou-se para que se estabelecesse relativa unidade da imagem gráfica da Anpur e foi atualizado o desenho da sua marca, criando-se um novo logotipo combinado com a concepção da linguagem visual da *homepage* e, conseqüentemente, originando uma redefinição da papelaria institucional, que começou a ser utilizada ao final de nossa gestão.

O novo logotipo foi utilizado na bolsa distribuída aos participantes inscritos no IX Encontro Nacional,

por iniciativa dos organizadores do evento, numa primeira e feliz aplicação da marca.

CADASTRO

Com a generalização do uso de correio eletrônico, foi necessário reorganizar o cadastro de pessoas interessadas em manter proximidade à Anpur, pelo registro sistemático de informações em todo e qualquer contato estabelecido entre a Anpur e o público: lançamentos da revista, listas de presença nos eventos realizados, distribuição da revista, inscrições para o Prêmio, resumos enviados para o IX ENA e, de modo geral, na ocasião de qualquer pedido de informação sobre atividades da Anpur.

Chegou-se a pouco mais de 1.700 nomes, e a atualização do cadastro pode passar a ser feita no *site* da Anpur.

REUNIÕES DE INFORMAÇÃO SOBRE A ANPUR

Em todos os deslocamentos da Presidência no território nacional foi pedido previamente a uma instituição da região visitada que organizasse uma reunião convidando representantes das instituições locais filiadas/associadas e, também, representantes de instituições não-integrantes mas interessadas em conhecer mais de perto a Anpur.

Foram feitas reuniões assim em Belém, São Luiz, Natal, Recife, Salvador, Brasília, Florianópolis, Rio de Janeiro e São Paulo, das quais resultou a troca de informações e o revigoramento de laços entre a Anpur e seus integrantes, a reaproximação com instituições que haviam se distanciado da Anpur e, também, a organização do seminário “Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões”.

II PRÊMIO BRASILEIRO “POLÍTICA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL”

Foi conferida pela segunda vez a premiação, agora dentro do Encontro Nacional da Anpur. Integraram o júri os professores Clélio Campolina Diniz (UFMG), Luiz Antonio Machado da Silva (Iuperj), Maria Adélia Aparecida de Souza, que o presidiu (Unicamp/USP), Pasqualino Magnavita (UFBA), Wraza Maria Panizzi (UFRGS) e, como suplente, Murilo Marx (USP).

A organização desta atividade ficou diretamente subordinada à presidência e sediada no Nesur-IE/

Unicamp, em Campinas, onde também se realizou a reunião do júri para a escolha dos premiados. A secretaria ficou a cargo de Camila de Almeida, que aproveitou essa oportunidade para dar grande impulso à estruturação e alimentação do cadastro da Anpur.

O edital foi publicado no Diário Oficial da União em 1º de dezembro de 2000 e as inscrições se encerraram em 31 de janeiro de 2001, após ampla divulgação – uma vez no início e outra no fim desse período – através de mensagens eletrônicas (informando e pedindo divulgação) enviadas para: todas as instituições filiadas e associadas; aos cerca de 800 inscritos no IX ENA; às instituições filiadas à Anpocs, Anpec e Anpege; à Abep, Ancib e SBPC; à Fundap, ao Seade e demais instituições congêneres; aos cursos da área urbana e regional das principais universidades do País encontrados via Internet; aos jornais eletrônicos da SBPC e do CPDOC/FGV; ao Prossiga/CNPq; a alguns veículos impressos da grande imprensa diária e da imprensa universitária.

Foram inscritos 67 trabalhos, assim distribuídos: 14 livros, 15 teses de doutorado, 26 dissertações de mestrado e 12 artigos. O total de inscrições corresponde a cerca de cinco vezes o número de trabalhos inscritos na primeira edição do Prêmio, em 1998. Os jurados reuniram-se durante dois dias em Campinas, nas dependências do Instituto de Economia da Unicamp, e em 26 de abril de 2001 a presidente do júri informou à presidência da Anpur o resultado da premiação.

Os prêmios foram anunciados por carta aos respectivos ganhadores e em 30 de maio de 2001, dentro do IX ENA, foram entregues em solenidade pública os certificados aos premiados: “A Ordem Urbana Walraso-Thütteniana e suas Fissuras: o Papel da Interdependência nas Escolas de Localização”, de Pedro Abramo, na categoria *Artigo*; “Formas Urbanas. Cidade Real & Cidade Ideal. Contribuição ao Estudo Urbanístico de Salvador”, de Antonio Heliódório Lima Sampaio, na categoria *Livro*; Menção Especial de Livro a “Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1995)”, de Wilson Cano; divisão do Prêmio de *Dissertação de Mestrado* entre “A Experiência da Auto-gestão em Ipatinga: uma busca pelo Conceito”, de Alfio Conti, e “Largo da Misericórdia”, de Jacques Sillos de Freitas; divisão do Prêmio de *Tese de Doutorado* entre “Espaços Metropolitanos em Tempos de Globalização: um Estudo de Caso sobre o Rio de Janeiro”, de

Glauco Bienenstein, e “Os Rumos da Cidade: Urbanismo e Modernização em São Paulo”, de Cândido Malta Campos Neto.

A avaliação das duas premiações mostrou a necessidade de adequar à prática o regulamento do Prêmio. A experiência mostrou duas ordens de problemas: a) é muito trabalhoso e instável ter que providenciar financiamento a cada premiação – é preciso encontrar uma solução mais permanente, que tenha continuidade gestão após gestão; b) o regulamento aprovado em 1997 é muito aberto, e omissos em pontos importantes – é preciso revê-lo. Além dessa avaliação da diretoria, foi também pedido aos jurados discutir a adequação do regulamento.

No que diz respeito a recursos, seguindo o que foi feito quando da primeira edição do Prêmio, foram feitas gestões junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU) para o financiamento da premiação. Além disso, foi feita uma consulta à vice-presidente do CNPq, Alice Paiva Abreu, sobre a possibilidade de concessão de prêmios pelo CNPq em créditos abertos aos ganhadores, na forma de bolsa ou auxílio em categorias diversas, como um procedimento a ser institucionalizado e que valesse para as premiações futuras. Nesta segunda edição do Prêmio Brasileiro, a reunião do júri acabou sendo realizada mediante o apoio financeiro do Nesur-IE/Unicamp e a premiação e pró-labore aos jurados foram incorporados ao orçamento do IX Encontro Nacional.

Na Assembléia Geral da Anpur, em 2001, ficou aprovada a criação de um Grupo de Trabalho para, em um tempo determinado, propor a reformulação do regulamento do Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional”, levando em conta as sugestões de mudança elaboradas pelo júri do II Prêmio (2001) e a possibilidade aberta pela vice-presidente do CNPq, quando consultada, de serem estudadas alternativas para a concessão de prêmios em créditos aos ganhadores, na forma de bolsas ou outras categorias de auxílio disponíveis no CNPq.

A Assembléia também autorizou a Diretoria a proceder às mudanças que julgar necessárias e adequadas no regulamento do Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional”, assim como a escolher os jurados, sem que seja necessário submeter essas decisões à aprovação pela Assembléia, alterando deste modo o que era determinado pelo regulamento. Foi

encaminhada para a próxima Diretoria a indicação dos nomes de Mauricio de Abreu e de Murilo Marx (este último, suplente em 2001, para titular em 2003).

SEMINÁRIO NACIONAL “REGIÕES E CIDADES, CIDADES NAS REGIÕES: A ESPACIALIDADE DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO”

Partindo do princípio de que é papel da Anpur posicionar-se em sua área de competência acadêmica e formular uma agenda alternativa para a proposição do desenvolvimento regional e urbano nacional, o Seminário visou os seguintes objetivos:

- a) analisar a dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro, integrando as dimensões urbana e regional;
- b) discutir o desenvolvimento urbano-regional numa abordagem multidisciplinar;
- c) preparar e realizar uma reunião nacional que construa uma referência para a formulação de propostas de desenvolvimento e planejamento urbano-regional;
- d) fortalecer o papel da Anpur como criadora de um espaço de interlocução a respeito das questões urbana e regional;
- e) estimular a filiação à Anpur de entidades afins, de modo que ela venha de fato a representar todo o universo de instituições de ensino e/ou pesquisa atuantes no campo dos estudos urbanos e regionais;
- f) discutir os “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento” propostos nos programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”, estratégia espacializada de desenvolvimento do governo federal.

O Seminário teve cinco sessões regionais e uma conclusiva nacional, todas realizadas sob o mesmo título geral e discutindo o temário proposto no projeto. Foram sugeridas algumas questões gerais de referência: quais as questões consideradas cruciais, hoje, nos estudos (urbanos, regionais, urbano-regionais) desenvolvidos nas instituições da região? Quais os possíveis impactos (nacionais e regionais) dos *Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento*? Qual a importância estratégica dos investimentos nele indicados tendo em vista os principais problemas e prioridades regionais? Que questões deveriam ser contempladas na

formulação de uma política regionalizada de desenvolvimento para o Brasil?

Foram propostas questões específicas, para balizar essa discussão indicada acima: *que urbano e que regional?* – questão que se desdobra em outras: que critérios e escalas de *região* são importantes/adequados, hoje, para apreender as dimensões mais significativas das semelhanças/diferenças naturais e construídas no espaço social brasileiro? Que escalas de *urbano* são mais significativas (e importantes de serem estudadas) nas diferentes macrorregiões brasileiras? Como se articulam *urbano* e *regional* na dinâmica espacial da região? E, por consequência, *que planejamento?* – o que envolve conclusões evidentes de imediato e questões a serem investigadas e aprofundadas.

A propósito dessas indagações, aplicadas em maior ou menor medida às especificidades regionais, desenvolveram-se as discussões nas seis sessões realizadas:

Sessão Centro-Oeste, na UnB, Brasília, em 10 e 11 de julho de 2000, dentro da 52ª Reunião Anual da SBPC, organização de Frederico de Holanda e Marília Steinberger;

Sessão Sul, na UFSC, Florianópolis, em 17 e 18 de julho/2000, dentro do XII Encontro Nacional dos Geógrafos, organização de Cássio Rolim (Anpur) e Sérgio Martins (AGB);

Sessão Norte/Nordeste, na UFBA, Salvador, em 4 e 5 de dezembro de 2000, organização de Ana Fernandes;

Sessão Sudeste/MG, na UFMG, Belo Horizonte, organização de Clélio Campolina Diniz e Geraldo Magela Costa, em 22 de dezembro de 2000;

Sessão São Paulo, na FAU/USP, organização de Carlos Antônio Brandão, desdobrada em duas reuniões: a primeira em 10 de novembro de 2000 e a segunda em 23 de março de 2001;

Sessão conclusiva nacional: “O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação”, no IE/Unicamp, Campinas, em 5 e 6 de abril de 2001, organização de Carlos Antônio Brandão e Antônio Carlos Galvão e colaboração de Nádia Somekh, com a participação de representantes dos seminários regionais e outros cientistas sociais convidados.

A organização deste Seminário satisfaz também à demanda de diversas instituições associadas/filiadas, expressa na reunião para o Plano de Ação realizada em São Paulo, e reiterada no Encontro de Porto Alegre, no

sentido de ser retomada a organização de seminários temáticos regionais.

Concluindo o circuito desta atividade, está sendo produzida a publicação da coletânea *Regiões e cidades, cidades nas regiões*: o desafio urbano-regional brasileiro, organizada por M. F. Gonçalves, C. A. Brandão e A. C. Galvão, cujo lançamento deverá ocorrer no X Encontro Nacional da Anpur, em Belo Horizonte, numa coedição Anpur/Editora da Unesp.

O Seminário foi realizado com recursos da Finep, CNPq e Fapesp, contando também com o apoio das instituições que organizaram as sessões regionais. O livro está sendo produzido com apoio financeiro do CNPq e da Finep, que deste modo colaboram para a divulgação mais ampla dos resultados do evento cuja realização financiaram.

EVENTOS COM APOIO DA ANPUR

Encontro com a Planners Network: Planejadores urbanos e justiça social – São Paulo (SP), 10 de dezembro de 1999, promoção de núcleos de pesquisa e programas de ensino pós-graduado em Arquitetura e Urbanismo da USP, PUCCAMP, USP-São Carlos e Mackenzie e das entidades Unitrabalho, Nepur-PUCSP, NHDU-Unitau, Fenea-SP e Anpur; organização de Ermínia Maricato, João Sette Whitacker Ferreira e Mariana Fix.

VIII Colóquio Internacional sobre o Poder Local – Salvador (BA), 9 a 11 de dezembro de 1999, promoção do Nepol/UFBA, coordenação de Tânia Fischer.

IX Congresso Ibero-Americano de Urbanismo – Recife (PE), 27 a 30 de novembro de 2000, promoção da Prefeitura do Recife, Governo do Estado de Pernambuco, Asociación Española de Técnicos Urbanistas, Associação dos Urbanistas Portugueses e apoio do MDU/UFPE, IBAM, IAB, Fundarpe, Emprel, além da Anpur.

VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – Natal (RN), 24 a 27 de outubro de 2000, promoção da FAU/UFRN e MDU/UFPE, coordenação de Sônia Marques.

Oficina: Metodologias de Avaliação de Projetos de Desenvolvimento Local (Programa de Desenvolvimento Local e Gestão Social) – Salvador (BA), 5 a 7 de fevereiro de 2001, promoção do Nepol/UFBA, coordenação de Tânia Fischer.

IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

O IX Encontro Nacional da Anpur foi realizado no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, de 28 de maio a 1º de junho de 2001. A Comissão Organizadora foi coordenada por Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ) e composta por Angela Fontes (IBAM), Luiz Antonio Machado da Silva (Iuperj), Marcelo Lopes de Souza (Departamento de Geografia/UFRJ) e Rachel Coutinho (Prourb/FAU-UFRJ). A Secretaria do evento ficou sediada no Ippur/UFRJ, integrada por Andrea Paulo da Cunha Pulici e Elisabeth Alves Peixoto.

Foi um grande encontro, que mobilizou de forma significativa pesquisadores de todo o País, como o atestam os 719 resumos e 385 trabalhos completos encaminhados à comissão organizadora. Os artigos provinham de 14 Estados da Federação e dois vieram da Argentina. Os trabalhos originários dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde estão 16 das 33 instituições anpurianas, perfizeram mais da metade do total; entretanto, a participação paulista no total de trabalhos completos (31%) foi menor que a proporção das instituições paulistas dentro da Anpur (33%); a participação de artigos provenientes do Rio de Janeiro (25%), onde se realizou o evento, foi, compreensivelmente, superior ao peso desse Estado no número de associados/filiados (15%). Foi significativa a participação de trabalhos originários de Minas Gerais (11%) e do Rio Grande do Sul (10%), Estados que estão representados na Anpur, cada um, por 6% das instituições. Note-se que só 4% dos trabalhos são provenientes de Estados (do Nordeste) que não estão representados na Anpur.⁴

A comissão científica foi formada por 14 membros, respeitando critérios de representatividade da diversidade dos programas e núcleos de pesquisa filiados à Anpur, tanto no que se refere ao recorte regional como ao disciplinar. Integraram esta Comissão: Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ) e Leila Christina Dias (UFSC), responsáveis pela Sessão Temática 1, “Escalas de poder e novas formas de gestão urbana e regional”;

⁴ A distribuição regional dos textos completos recebidos foi a seguinte: 120 de SP; 97 do RJ; 43 de MG; 37 do RGS; 15 do PA; 12 de SC; 11 de PE; 10 da BA; 10 do DF; 8 do PR; 6 do RGN; 6 do CE; 5 de AL; 3 da PB; e 2 da Argentina. Nos Estados que estão representados na Anpur, nem todos os trabalhos são provenientes de pesquisadores pertencentes a instituições associadas/filiadas.

Lia Osorio Machado (UFRJ) e Carlos Antonio Brandão (Unicamp) pela ST-2, “Reconfiguração do espaço urbano e regional”; Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (UFBA) e Margareth da Silva Pereira (UFRJ) pela ST-3, “Cidade e urbanismo – história, forma e projeto”; Edna Castro (UFPA) e Ana Fani Alessandri Carlos (USP) pela ST-4, “Sociabilidade urbana, conflitos sociais e território”; Heloisa Soares de Moura Costa (UFMG) e Philip Gunn (USP) pela ST-5, “Novas instituições e territorialidades sociais motivadas pela questão ambiental”; Ricardo Farret (UnB) e Angela Gordilho Souza (UFBA) pela ST-6, “Estruturação intra-urbana, política fundiária e a questão da moradia”; Circe Maria Gama Monteiro (UFPE) e Eva Machado Barbosa Samios (UFRGS) pela ST-7, “Temas emergentes: tecnologia, novas linguagens e processos espaciais”.

As sete sessões temáticas tiveram títulos e ementas definidos de modo a reproduzir, com ajustes, as grandes linhas de discussão da Anpur. As sessões temáticas que atraíram o maior número de trabalhos enviados foram: “Reconfigurações do espaço urbano e regional” (81 trabalhos), “Escalas de poder e novas formas de gestão urbana e regional” e “Cidade e urbanismo – história e forma e projeto” (56 trabalhos cada).⁵

Entre os trabalhos definitivos, 156 foram selecionados para apresentação oral e 96 para serem apresentados sob a forma de *posters*. Como houve um certo número de artigos tratando de instrumentos de planejamento, foi criada uma “Oficina de Instrumentos de Planejamento” para reuni-los. Esses trabalhos, assim como os apresentados em *posters*, não foram publicados nos *Anais*, mas sua seleção foi devidamente registrada.

Os selecionados para apresentação oral foram publicados nos *Anais do IX Encontro Nacional da Anpur*, onde os trabalhos de cada Sessão Temática foram precedidos por um pequeno texto elaborado pelos dois coordenadores responsáveis por sua seleção, ressaltando as idéias matrizes condutoras desse conjunto de trabalhos. Os *Anais* totalizaram 1.848 páginas, distribuídas

⁵ Dos 385 trabalhos definitivos encaminhados foram selecionados 156 para apresentação oral. Os 385 artigos resultaram distribuídos entre as Sessões Temáticas segundo as seguintes proporções: ST-1: 56 trabalhos; ST-2: 81 trabalhos; ST-3: 56 trabalhos; ST-4: 52 trabalhos; ST-5: 46 trabalhos; ST-6: 48 trabalhos e ST-7: 46 trabalhos. Os 156 selecionados para apresentação oral distribuíram-se assim pelas Sessões Temáticas: ST-1: 22 trabalhos; ST-2: 24 trabalhos; ST-3: 23 trabalhos; ST-4: 23 trabalhos; ST-5: 24 trabalhos; ST-6: 23 trabalhos; e ST-7: 17 trabalhos.

em três volumes, e foram entregues a todos os participantes no momento de sua inscrição no Encontro.⁶

A Comissão Científica concluiu a seleção dos trabalhos a serem apresentados no IX ENA após dois dias de reunião, em que esteve presente também a diretoria da Anpur. A seleção foi feita a partir da leitura de cópias sem menção de autoria. A autoria dos trabalhos não selecionados foi mantida desconhecida mesmo para a própria comissão científica.

Somente após a escolha dos trabalhos foram verificados os nomes dos autores dos textos selecionados; aplicou-se então a norma definida pela comissão organizadora, segundo a qual um mesmo autor só poderia ter dois trabalhos aprovados para apresentação oral unicamente no caso de um deles ser em co-autoria. Para os trabalhos selecionados para apresentação sob a forma de *poster*, não houve restrição ao número de trabalhos aprovados por autor. Durante o Encontro, a comissão científica selecionou o melhor *poster* por sessão temática, que recebeu um certificado.

A seleção dos trabalhos teve por base critérios relativos à qualidade e caráter inovador dos textos, assim como à sua capacidade de favorecer o debate. Sem dúvida, dado o grande número de trabalhos apresentados, muitos textos de boa qualidade não puderam ser incluídos. O conjunto dos textos encaminhados permitiu, porém, a configuração de um amplo panorama da pesquisa sobre Planejamento Urbano e Regional, ajudando os membros da comissão científica a produzir os balanços do estado da arte, para as respectivas sessões temáticas, que foram incluídos nos *Anais* do Encontro.

O IX Encontro contou, ainda, com seis mesas redondas, voltadas para a discussão de questões atuais da conjuntura nacional: “Violência nas cidades – dimensões socioespaciais e sanitárias”, “Desenvolvimento regional e sistemas locais de inovação”, “Os eixos continentais de integração e as implicações territoriais da Alca”, “A pós-graduação e a política de fomento ao ensino e à pesquisa”, “Terra urbana na América Lati-

na: desafios éticos e legais” e “As políticas urbanas e habitacionais e o Estatuto da Cidade”. As conferências de abertura e de conclusão do Encontro foram pronunciadas por Bishwapryia Sanyal, chefe do Departamento de Planejamento Urbano e Regional do Massachusetts Institute of Technology, e por Eric Swyngedouw, do Departamento de Geografia da Universidade de Oxford.

Desde a primeira reunião para a organização do IX Encontro, realizada no Ippur/UFRJ em março de 2000, ficou assente a perspectiva de que o Encontro Nacional da Anpur deve ser não só um encontro acadêmico mas um grande momento de encontro nesse campo de ensino e pesquisa, isto é, um espaço de troca de informações, de explicitação de interesses, de estabelecimento de parcerias, de ampliação de perspectivas, de convergência para todas as redes institucionalizadas e informais de pesquisadores e, se possível, de oportunidade de comunicação entre representantes das sociedades científicas de todos os campos disciplinares presentes na Anpur – a qual, por sua multidisciplinariedade é, por excelência, um espaço para a descoberta de afinidades e troca de experiências entre diferentes.

Nesta perspectiva, a Anpur deu início à organização do Encontro já contando com acolher, dentro do seu espaço, redes de pesquisa com relações já estabelecidas com a Anpur, como a Planners Network e a Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio.

Tradicionalmente, o Encontro Nacional tem sido uma oportunidade para estreitar laços com instituições congêneres de outros países, particularmente das Américas. Desta vez, o IX Encontro ofereceu excelente oportunidade para a ampliação dos laços de intercâmbio internacional, fazendo o contato entre as instituições amigas latino-americanas ou a norte-americana ACSP, que vêm frequentando os nossos Encontros, com representantes de outras associações congêneres reunidas no percurso de conversações para uma articulação internacional, a ser formalizada na ocasião do 1º Congresso Mundial de Escolas de Planejamento (I World Planning Schools Congress) programado para Shanghai, China, em julho de 2001.

Deste modo, várias atividades dentro do IX Encontro desempenharam um papel articulador. Na forma de mesas redondas formais, desenvolveram-se articulações em que a Anpur está diretamente envolvida:

⁶ Uma síntese das principais questões que motivaram os trabalhos selecionados para o IX Encontro, sob o título “Pensamento e ação sobre o território – um balanço reflexivo do IX Encontro Nacional da Anpur”, foi publicada na seção “eventos” da revista *Pós* número 10, dezembro de 2001 (revista do programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP), preparada por Henri Acsehrad, coordenador da comissão organizadora, tendo por base a leitura que deles fizeram os próprios membros da comissão científica, expressa nos textos introdutórios a cada Sessão Temática nos *Anais do IX Encontro Nacional da Anpur*.

a) a mesa redonda internacional organizada e coordenada pela Anpur para discutir o tema “Em direção ao século XXI: a nova agenda urbana”, reunindo representantes da ACSP (EUA), Universidad de los Andes (representando a associação colombiana e a América Latina), AESOP (Europa), ASRDLF (França) e Anpur, em que o representante da AESOP era também o coordenador do Comitê Organizador do Congresso Mundial de Shanghai; b) as duas mesas redondas que integraram o IV Encuentro de Posgrados sobre Desarrollo y Políticas Territoriales y Urbanas de los Países del Cono Sur, promoção conjunta da Anpur e da Red Iberoamerica de Investigadores en Globalización y Territorio, organizado por Rosélia Piquet (UFRJ) e Angela Penalva Santos (UERJ) e realizado nas manhãs dos dias 30 e 31 de maio.⁷

Muitas das sessões livres consistiram em encontros entre redes de pesquisa formais e informais: reunindo pesquisadores latino-americanos e europeus em torno de temas como políticas urbanas comparadas e transformações na América Latina e Europa relacionadas à globalização; reunindo pesquisadores brasileiros em torno de temas tão diversos como a articulação entre pesquisadores, ativistas e planejadores urbanos no Brasil, estudos lefebvrianos, o urbanismo modernista no Brasil, metrópoles, população e meio ambiente, representações do espaço, a pesquisa ligada ao meio eletrônico, e outros.

O IX Encontro incluiu ainda duas reuniões do conselho de representantes criado na Assembléia de 1999, uma reunião da comissão editorial da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* e a atribuição do Prêmio Brasileiro “Planejamento Urbano e Regional”; além de, como de costume, a realização da Assembléia Geral da Anpur.

Este Encontro Nacional da Anpur foi realizado com o apoio financeiro do BNDES, Caixa Econômica Federal, Capes, CNPq, Finep, Lincoln Institute of Land Policy, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde, Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, Faperj e fundações estaduais de fomento à pesquisa. Contou também com o apoio administrativo e institucional do Ippur/UFRJ e Fundação Univer-

sitária José Bonifácio (UFRJ), da FAU/USP e do NesurIE/Unicamp.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A existência de um conjunto de demandas relacionadas ao exterior do país sugeria a necessidade de se organizar um grupo de assessoria que ajudasse a Diretoria da Anpur a unificar e organizar suas relações externas. Essas demandas eram: a proximidade da reunião da ACSP no ano 2000, o início da organização do World Planning Schools Congress (Shanghai, julho de 2001), a situação irresoluta do Prêmio Latino-Americano (aprovado pela Assembléia da Anpur de 1997 mas não implantado por dificuldades operacionais), e o compromisso assumido com a Red Iberoamericana de Investigadores en Globalización y Territorio de organizar, no Brasil, o IV Encuentro de Posgrados sobre Desarrollo y Políticas Territoriales de los Países Del Cono Sur.

Em carta de 12 de maio de 2000, foi feito um convite formal a Carlos Vainer, que quando presidente da Anpur tinha desenvolvido iniciativas nessa direção, para que “ajudasse a estruturar de modo mais permanente dentro da Anpur o campo das atividades de intercâmbio internacional, assumindo a função de pensar, propor e discutir com esta Diretoria o embrião de um *Comitê de Intercâmbio Internacional*, a ser implantado ainda nesta gestão”.

Dada a premência de tempo com que os acontecimentos foram exigindo respostas e soluções, um comitê propriamente não foi constituído, mas a atividade seguiu em frente: Carlos Vainer assumiu o papel de representante da Anpur em relações internacionais e, nessa qualidade, organizou, junto com a Diretoria, a participação da Anpur no Congresso Mundial de Escolas de Planejamento (1 World Planning Schools Congress) programado para ser realizado em Shanghai, na China, de 11 a 15 de julho de 2001, organizado por quatro associações: a norte-americana ACSP, a europeia AESOP, a asiática APSA e a australiana e neozelandesa ANZAPS.

Estabeleceu-se intensa correspondência eletrônica entre a Anpur e várias instituições congêneres de outras partes do mundo; duas reuniões da diretoria da Anpur foram realizadas no Rio de Janeiro e parcialmente dedicadas à discussão do posicionamento da

⁷ Mais detalhes podem ser encontrados na programação do IX Encontro Nacional da Anpur – *Ética, planejamento e construção democrática do espaço*, Rio de Janeiro 28 de maio a 1 de junho 2001.

Anpur no contexto dessas conversações e do encaminhamento político a adotar; e houve, também, uma conversação direta a este respeito, nos Estados Unidos, entre o representante da Anpur, Carlos Vainer, o dirigente da ACSP, Bruce Stiftel (que assumiu liderança nesse processo de articulação de associações de várias nacionalidades), e Martim Smolka, da direção do Lincoln Institute of Land Policy.

Como resultado síntese, estabeleceu-se o objetivo de organizar uma reunião no I World Planning Schools Congress para conversações tendo em vista articular um trabalho em conjunto, incluindo a organização do II World Planning Schools Congress, no qual pleiteávamos a participação formal da América Latina no Steering Comittee a ser criado, cabendo esta representação ao Brasil por meio da Anpur.

Um passo nesse sentido foi a proposição da mesa redonda “Promoting International Academic Cooperation: Facts and Hopes”, a ser realizada em conjunto pela Anpur, ACSP e AESOP, como sessão conjunta das áreas temáticas “*The Role of the Cities and Regions in Globalization*” e “*Planning Education*”, no I World Planning Schools Congress em Shangai, que foi aceita pela organização do evento.⁸

Dando início a essa colaboração institucional, foi realizada no IX Encontro Nacional da Anpur a mesa redonda internacional “Em direção ao século XXI: a nova agenda urbana”, de que participaram representantes da ACSP (EUA), Universidad de los Andes (América Latina), AESOP (Europa), ASRDLF (França) e Anpur, e ainda o coordenador do Steering Comittee do I World Congress.

O diretor Geraldo Magela Costa, membro da Diretoria 1999-2001, representou a Anpur no Congresso de Shangai, onde foram estabelecidas conversações com instituições da América Latina, Europa, EUA, Austrália, África e China, consolidando os contatos que vinham sendo feitos e deixando um ponto de partida sólido a ser desenvolvido pela diretoria 2001-2003 no campo das relações internacionais.

⁸ Foi organizado também o painel “Planejamento urbano no Brasil: práticas inovadoras para promover equidade e democracia”, para o qual foi feito um concurso, igualmente organizado por Carlos Vainer, para selecionar os trabalhos que comporiam a mesa. O júri foi composto por Carlos Vainer, Ricardo Libanez Farret e Geraldo Magela Costa e selecionou os trabalhos: “O Orçamento Participativo em Belo Horizonte: uma forma nova de gestão pública democrática?”, de Cláudia Feres Faria, e “Ação em favela: limites e possibilidades”, de Laura Machado de Mello Bueno. Entretanto, o painel não se realizou, por falta de recursos que viabilizassem a sua realização.

Nesses entendimentos surgiu a possibilidade de realizar-se no Brasil o Congresso Mundial de Planejamento que se seguirá ao de Shangai.

PARTICIPAÇÃO DA ANPUR NO COMITÊ NACIONAL ISTAMBUL+5

Representada por sua presidente, a Anpur participou do Comitê Nacional criado pela presidência da República em primeiro de dezembro de 2000 para a preparação da participação brasileira na Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas para a revisão e avaliação da implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos. Nesta qualidade, participou também da delegação brasileira para a referida reunião.

O Comitê, instalado em 13 de dezembro de 2000, tinha por tarefa avaliar a implementação da agenda *Habitat* no Brasil e preparar o Relatório Nacional a ser apresentado na sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas Istambul+5, a ser realizada em Nova York, de 6 a 8 de junho de 2001.

O Comitê Nacional foi presidido pelo secretário especial de Desenvolvimento Urbano da presidência da República, ministro Ovídio de Angelis, e integrado por representantes das seguintes instituições: Assessoria da Presidência da República, Congresso Nacional, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Meio Ambiente, Caixa Econômica Federal, Ipea, IBGE, Ibam, Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), FAU/ USP, Fórum Nacional de Reforma Urbana e Anpur.⁹

A Diretoria da Anpur não quis se omitir dessa responsabilidade e decidiu participar do Comitê mas, dada a exigüidade do tempo para a realização do trabalho e a diversidade de posições no seio da Anpur, desde a primeira reunião a presidente afirmou a condição de sua participação: submeter as versões preliminares do documento à análise das instituições filiadas/associadas à Anpur.

Visando recolher subsídios, foi organizada uma atividade específica no âmbito da Anpur: a Jornada Istambul+5, realizada em 4 de abril de 2001 na FAU-

⁹ Ao longo das reuniões, o quórum foi ampliado com maior número de representantes de movimentos sociais ligados à moradia, como Conam e outros.

Maranhão sob a coordenação geral de Raquel Rolnik e supervisão da secretária executiva da Anpur Yvonne Mautner, consistindo num dia inteiro de discussão da versão preliminar do Relatório Nacional Brasileiro Istambul+5. Para que a Anpur pudesse estar presente e atuante nesse processo de avaliação, foi solicitado às instituições anpurianas que mobilizassem seus integrantes para participar de duas formas: 1) ou diretamente na Jornada Istambul+5, juntamente com representantes de ONGs e outras entidades da sociedade civil convidadas pelo Fórum da Reforma Urbana e pela Conam, co-organizadores do evento; 2) ou apontando questões/problemas/posicionamentos a respeito dos cinco temas (Moradia, Gestão Ambiental, Governança, Relações Internacionais e Desenvolvimento Social) tratados no documento.

O texto-base (versão de 19 de março) foi enviado a todas as entidades, com o pedido de que assinalassem os devidos reparos ao documento, para que a Direção da Anpur os considerasse em suas intervenções futuras no âmbito do Comitê Nacional. A professora Raquel Rolnik coordenou esta consulta e colaborou com a Diretoria na sistematização das contribuições recebidas, tendo preparado, juntamente com Grazia de Grazia (Fase e ENRU) e Nelson Saule (Polis e ENRU), o documento que orientou a intervenção da Anpur e de outros representantes da sociedade civil no workshop organizado pelo Comitê Nacional em Brasília, para consulta mais ampla à sociedade civil, realizado em 17 e 18 de abril de 2001 com cerca de 80 participantes.

A Diretoria da Anpur convidou os seguintes pesquisadores, de instituições associadas/filiadas, para representá-la na discussão dos temas tratados no workshop em Brasília: Ana Fernandes, FAU/UFBA, (Cooperação Internacional); Carlos Bernardo Vainer e Adauto Cardoso, Ippur/UFRJ, (Gestão Ambiental); Ermínia Maricato, FAU/USP, e Circe Maria Monteiro, MDU/UFPE, (Moradia); José Antônio Fialho Alonso, FEE, e Eva Machado Barbosa Samios, Propur/UFRGS, (Desenvolvimento Econômico); Raquel Rolnik, PUC/Campinas, (Governança). A Anpur também indicou ao Comitê Nacional outras associações científicas a serem convidadas: SBPC, Abep, Anpocs, Anpec.

Tendo sido decidido pelo Comitê que a prioridade nos recursos disponíveis seria para financiar representantes de movimentos sociais e de ONGs (nesta ordem), compareceram pesquisadores que obtiveram

recursos em sua própria instituição. Os membros do Comitê Nacional assumiram a coordenação ou relatoria das sessões temáticas do *workshop* e a presidente da Anpur foi relatora da discussão sobre o tema “Desenvolvimento Social e Erradicação da Pobreza”. Estiveram presentes no *workshop* por indicação da Anpur, além da sua presidente: Raquel Rolnik, Eva Samios, Roque Laraia (presidente da Anpocs), Eduardo Rios Neto (presidente da Abep).

O texto final viria a ser o documento oficial do governo brasileiro com normas e proposições para o desenvolvimento urbano. Levando isso em conta, os representantes da sociedade civil, como a Anpur, o Conam, a Fase, o Fórum Nacional de Reforma Urbana, o IAB, o Ibam, a Federação dos Prefeitos e outros, trabalharam principalmente para o avanço político no conteúdo do capítulo de estratégias e propostas, tendo em vista constituir uma agenda formal para a ação política futura. As sucessivas versões preliminares do Relatório Nacional foram enviadas para as instituições associadas/filiadas e ficaram disponíveis para análise e *download* na *homepage* da Anpur. O documento final incorporou as propostas previamente preparadas, referidas acima, que foram encaminhadas nos subgrupos temáticos dentro do *workshop*.

Dado o amplo espectro de posições teóricas e políticas existentes dentro da Anpur e o prazo muito curto disponível para que se trabalhasse na elaboração do documento, a firmeza de posição da Anpur resultou em negociação no sentido de ser o Relatório Nacional Brasileiro aprovado pelo Comitê Nacional com a ressalva de que “os representantes das instituições que integram o Comitê Nacional Istambul+5 concordam com o teor geral do documento mas não necessariamente com o sentido literal de todos os conceitos e juízos nele emitidos” (Introdução, nota 4).

A posição da Anpur, assim como a de outros representantes da sociedade civil, foi trabalhar para garantir a continuidade desse fórum de discussão e sua evolução na direção proposta no Capítulo X: “Estratégias de Ação e Iniciativas Futuras”, itens 22.11 e 22.12 (República Federativa do Brasil, Relatório Nacional Brasileiro Istambul+5, Brasília, maio de 2001), com desdobramentos imediatos como a criação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, a recomendação de aprovação do Estatuto da Cidade, da Lei que cria o Fundo Nacional da Moradia Popular e outras medidas.

PROJETOS SEDU

Um desdobramento dos contatos e reuniões na Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República foi o estabelecimento de relações também com a equipe da Diretoria de Habitação, do que resultou a proposta à Anpur de que estudasse a possibilidade de desenvolver dois projetos de trabalho: a) Diretrizes para a formulação da política nacional de desenvolvimento urbano; e b) Programa de ações em desenvolvimento urbano para os municípios estratégicos aos eixos nacionais de integração e desenvolvimento.

Tendo isto ocorrido no final da gestão 1999-2001, a Assembléia foi informada e as propostas encaminhadas para a nova diretoria para serem analisadas.

ARTICULAÇÃO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Por ocasião do lançamento do Procad – programa da Capes para doutorados multi-institucionais –, o edital foi enviado às instituições anpurianas acompanhado de um convite da presidente da Anpur para que se organizasse um Comitê com o objetivo de explorar as possibilidades oferecidas pelo Procad para a proposição de cursos unindo instituições da Anpur. Alguns contatos foram feitos, mas a iniciativa não prosperou.

A organização do IV Encuentro de Posgrados sobre Desarrollo y Políticas Territoriales y Urbanas de los Países del Cono Sur, realizado dentro do IX ENA e coordenado por Rosélia Piquet com a colaboração de Angela Penalva Santos, deu oportunidade para ampliar a atuação da Anpur nesta frente de trabalho, em que foi discutida a agenda atual para cursos de pós-graduação em planejamento urbano e regional, novos formatos de cursos e experiências brasileiras e internacionais de cursos, compartilhados. Este evento resultou da participação da Anpur no III Encuentro em Bahia Blanca, Argentina, organizado pela Universidad Nacional del Sur, em abril de 2000.

RELAÇÃO COM AS ENTIDADES DE FOMENTO

REPRESENTAÇÃO NA CAPES

Enquanto o número de instituições associadas/filiadas à Anpur era de 33 nesta gestão, o número de ins-

tituições inscritas na Capes na categoria Planejamento Urbano não passava de três. A Capes não admite o credenciamento de cursos em separado dos programas e, assim, muitos cursos de pós-graduação em planejamento urbano e/ou regional não se encontram enquadrados nesta categoria, mas distribuídos nas áreas de Economia, Geografia, Arquitetura e Urbanismo e outras.

Deste modo, “Planejamento Urbano e Regional” é uma área muito pequena, e conseqüentemente fraca, dentro da Capes – o que foi conversado com a diretoria da Capes e com a representante da área mas não se vislumbrou uma solução. Por outro lado, para articularem-se os interesses de departamentos e de cursos de pós-graduação do campo do planejamento e dos estudos urbanos e regionais, pertencentes a programas classificados em outras áreas da Capes, encontra-se uma situação de dispersão e trabalhosa organização.

Isso propõe uma questão a analisar. Se o que une as instituições integrantes da Anpur é muito mais a prática da pesquisa (construção de um certo campo de conhecimento) do que a prática do ensino (dadas as especificidades da formação no interior de cada disciplina), um papel importante a ser desenvolvido pela Anpur, usando a oportunidade oferecida pelos Encontros Nacionais, seria o de promover a articulação entre representantes das diferentes áreas disciplinares que integram a Anpur (seja os representantes dessas disciplinas na Capes, seja os dirigentes das respectivas sociedades científicas), para discutirem problemas comuns e exercerem uma representação articulada junto à Capes.

FINANCIAMENTO À PESQUISA

Diante da mudança na política de ciência e tecnologia arquitetada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que resultou na criação de fundos setoriais de financiamento à pesquisa, a SBPC informou as associações acadêmicas e sociedades científicas sobre o andamento das medidas governamentais nesse sentido e programou uma série de reuniões com a presença de dirigentes dessas entidades e da SBPC, de que participaram, em ocasiões diferentes, o ministro e o secretário executivo da Ciência e Tecnologia, e o presidente e a vice-presidente do CNPq.

Em abril de 2000 a Anpur enviou para as entidades associadas/filiadas material recebido da SBPC abrangendo proposições de alteração da constituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico – FNDCT, de criação de grupos de trabalho com a finalidade de propor programa de desenvolvimento científico e tecnológico e respectivo modelo de financiamento para vários setores (aeronáutico, agro-negócios, saúde, energia, espacial, petróleo, transportes), e outras. Sempre que recebeu material informativo a esse respeito, a Anpur repassou-o para suas entidades integrantes.

A Anpur participou de diversas das reuniões que a SBPC organizou para discutir a mudança em andamento, informou as instituições associadas/filiadas e alertou-as para a importância desse processo. No IX Encontro Nacional, em 2001, quando os fundos setoriais já estavam criados, a tradicional mesa redonda realizada com a participação de representantes das entidades de fomento teve como pauta a nova organização dos recursos para a pesquisa.

AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE ASSESSORES *AD HOC*

Dada a diversidade de programas e de temas de pesquisa nesse campo, a diretoria da Anpur propôs ao CNPq uma ampliação da composição do seu corpo de assessores nesta área; enviou-lhe a lista de pesquisadores que tiveram trabalhos selecionados nos últimos cinco Encontros Nacionais da Anpur para, após ser passada pelo filtro do *curriculum Lattes*, resultar numa lista de doutores que aumente e diversifique o arquivo disponível de assessores que avaliem pedidos de bolsas e auxílios. Esta lista pode ser repassada à Capes e outras entidades de fomento.

COMITÊ DE ASSESSORIA E APOIO EXECUTIVO À PRESIDÊNCIA E À SECRETARIA

Em 18 de agosto de 2000, Yvonne Mautner, da FAU/USP, assumiu o cargo de secretária executiva da Anpur, por indicação da Diretoria e segundo as normas estatutárias, em razão do afastamento de Maria Lúcia Refinetti Martins, da mesma instituição.

Na ocasião foi constituído um Comitê de Assessoria e Apoio Executivo à Presidência e à Secretaria, com o propósito de ampliar-se a divisão do trabalho em algumas funções, tendo a seguinte composição:

- Philip Gunn – colaboração no acompanhamento de pedidos de financiamento e prestação de contas às entidades financiadoras;

- Maria Cristina Leme – colaboração em relação ao IX ENA (cuja organização propriamente era responsabilidade da Comissão Organizadora formada no Rio de Janeiro e coordenada por Henri Acselrad);
- Nádia Somekh – colaboração na organização do Seminário Nacional “Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões”, integrando-se à equipe composta por Carlos Antônio Brandão e Antônio Carlos Galvão;
- Sarah Feldman – colaboração na montagem do sistema de distribuição da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*.

CONSELHO DE REPRESENTANTES

A proposta de criação de um Conselho de Representantes foi aprovada na Assembléia de 1999, dando-se-lhe o nome de Conselho Consultivo Provisório. Era intenção da Diretoria convidá-lo a reunir-se, mas a dificuldade de recursos, dado o não-pagamento das anuidades, desencorajou a continuidade a essa iniciativa. Ao invés, a primeira reunião foi convocada para a véspera do IX Encontro Nacional da Anpur, para discutir a natureza de seus objetivos e rever a proposta irreal de que tivesse duas reuniões ordinárias por ano. Foi encaminhada, para discussão e votação pela Assembléia, uma recomendação de formato e atribuições do Conselho Consultivo (ainda provisório), resultante desta primeira reunião, desdobrada por dois dias durante o IX ENA, em 28 e 30 de maio de 2001, com a presença (somadas as duas reuniões) de: Maria Flora Gonçalves, Yvonne Mautner, Geraldo Magela, Edna Castro, Ana Cristina Fernandes, Carlos Roberto M. de Andrade, Heloisa Costa, Angela Fontes, Frederico de Holanda, Raquel Coutinho, Angela Gordilho, Esterzilda B. de Azevedo, Maria Cristina Leme, Tânia Fischer, Eva Machado Barbosa Samios.

Recomendou-se que o Conselho Consultivo Provisório reunisse os coordenadores das instituições filiais/associadas anualmente, em fins de maio (no Encontro Nacional da Anpur e entre os ENAs), com as seguintes atribuições: 1) discutir demandas dos programas, de interesse local, regional e nacional, no campo do ensino, pesquisa e fomento; 2) pautar trabalho dos Comitês (Ensino, Pesquisa e Relações Internacionais); 4) prestar apoio à Diretoria no desenvolvimento de suas atividades executivas, potencializando a

articulação entre Programas e Diretoria; 6) discutir temas relevantes de conjuntura

Houve consenso entre os participantes de que uma reunião do Conselho Consultivo da Anpur nos anos pares (entre um ENA e outro) seria não só uma articulação intermediária proveitosa entre a Diretoria e os Programas, como também uma oportunidade de ouvir os associados/filiados na época de dar início à organização do Encontro Nacional, e também quanto a algum possível deslocamento da sede da revista que, no caso de acontecer, seria em princípio no meio da gestão de cada diretoria. A recomendação foi aprovada pela Assembléia, que também acatou a proposta encaminhada pelo Conselho de que continue provisório até que a experiência recomende sua formalização em estatuto.

RECURSOS FINANCEIROS

Aprovada pela Assembléia de 1999, a cobrança de anuidades das instituições associadas e filiadas começou no ano 2000, após estar a secretaria executiva instalada, dispondo de apoio de secretária e conta bancária aberta. Esses recursos mostraram-se vitais para a Anpur, pois viabilizam certa autonomia em seu funcionamento.

Contudo, é uma prática nova, ainda não inteiramente incorporada pelas instituições anpurianas. Nenhuma anuidade referente ao ano de 2001 havia entrado até o final de maio (a maior parte das instituições depende da liberação de recursos da Capes, o que ainda não havia ocorrido). Das 33 instituições que integram a Anpur, 22 pagaram a anuidade relativa a 2000: dez no primeiro semestre de 2000, outras sete no segundo semestre de 2000 e cinco no primeiro semestre de 2001. Na Assembléia foram discutidas fórmulas para rotinizar o pagamentos das anuidades.

A venda de revistas supriu, em parte, o *quantum* mínimo de recursos necessário para manter a secretaria executiva funcionando. Porém, os recursos advindos de venda da revista devem em princípio ficar reservados para a própria revista, possibilitando que ela tenha autonomia.

Além de providências que garantam o pagamento das anuidades, é necessária uma política de recursos mais contínua, que inclua tanto a estabilidade de financiamento da revista e do prêmio, como uma estratégia de produção de recursos como contrapartida à prestação de serviços.

NOVOS INTEGRANTES

Em primeiro de junho de 2001 três novas instituições integraram-se aos quadros da Anpur, aumentando o número de integrantes para um total de 36 entidades: o Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais na categoria *filiado* e os Programas de Pós-graduação em Direito da Cidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo), ambos na categoria *associados*.

A Assembléia aprovou critérios complementares aos que constam nos Estatutos para o enquadramento das solicitações de integração à Anpur nas categorias Filiação ou Associação. Considerou passíveis de *filiação* as instituições de ensino e pesquisa credenciadas há mais de 5 anos pela Capes e indicou para associação as instituições que se ocupam só de pesquisa e não de ensino, assim como os programas de ensino de pós-graduação credenciados há menos de 5 anos pela Capes.

ADEQUAÇÃO DOS ESTATUTOS

Não tendo a Assembléia de 2001 *quorum* suficiente para mudanças estatutárias, foram aprovadas provisoriamente algumas mudanças nessa matéria, como a proposta de ampliação de um cargo de diretor, feita pela candidata à Presidência 2001-2003.

Foi aprovada juntamente uma recomendação de que a Assembléia Geral da Anpur de 2003 seja convocada incluindo em sua pauta a revisão dos estatutos que regulam a Associação. Em carta preparatória à Assembléia enviada em 9 de maio de 2001 pela presidente às instituições filiadas/associadas, foram sugeridos pontos que merecem atenção para a adequação dos estatutos à realidade atual da Anpur:

- Modificar a obrigatoriedade da sede da Anpur estar no local de residência dos titulares da presidência e da secretaria executiva – considerar como referência a instituição que sedia a presidência e/ou a secretaria executiva e incorporar a possibilidade de não coincidirem na mesma cidade os locais de residência e de trabalho dos titulares desses dois cargos.
- Decidir questão relacionada ao pagamento de anuidades pelas instituições associadas e filiadas: poderão votar as que estiverem em débito?

- Incluir suplências ou outra forma de resolver a vacância de cargos na diretoria: presidência, secretaria executiva e diretorias; discutir a criação do cargo de tesoureiro.
- Incluir referência à existência da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* e definir o vínculo com a Diretoria.
- Incluir um período de transição para as novas diretorias terem tempo de se instalar – uma possibilidade é a transmissão dos cargos se efetivar não logo após a eleição mas depois de um período a ser fixado.
- Discutir função e formato do Conselho Consultivo.
- Discutir a conveniência de formalizar-se o processo eleitoral: nomeação de comissão eleitoral para coordenar o processo eleitoral, prazo para inscrição de chapa e registro do programa etc.